



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002692/2022-
76-e

Processo n.º: 00600-00002692/2022-76-e

Origem: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap

Assunto: Licitação

Ementa: Pregão Eletrônico por SRP n.º 39/2021-DECOMP/DA, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, para a eventual contratação de empresas para o fornecimento de equipamentos de academia universal ao ar livre, Pontos de Encontro Comunitário – PECs e multiexercitadores, a serem instalados em diversos locais do Distrito Federal, conforme especificações e quantitativos constantes do edital e seus anexos. Menor preço por lote. Valor total estimado (32 lotes): R\$ 24.694.172,50 para um período de 12 (doze) meses. Data de abertura: 04.04.2022, às 9h15. **Nesta fase:** exame inicial do edital. Unidade instrutiva propõe ao Plenário: conhecer do instrumento convocatório e dos demais documentos juntados aos autos; determinar à Novacap que suspenda o pregão, até ulterior deliberação da Corte, para que promova correções na pesquisa de preços, encaminhando ao Tribunal documentação comprobatória das medidas adotadas, facultando-se a apresentação de justificativas circunstanciadas. Deliberação monocrática em harmonia com a Sespe/TCDF, com ajustes redacionais.

DESPACHO SINGULAR N.º 210/2022-GCIM

Os autos foram constituídos para exame da regularidade do Pregão Eletrônico por SRP n.º 39/2021-DECOMP/DA, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, para a eventual contratação de empresas para o fornecimento de equipamentos de academia universal ao ar livre, Pontos de Encontro Comunitário – PECs e multiexercitadores, a serem instalados em diversos locais do Distrito Federal, conforme especificações e quantitativos constantes do edital e seus anexos (e-DOC CE0D088C-e).

O objeto do certame está dividido em 32 (trinta e dois) itens, com valor total estimado de R\$ 24.694.172,50 (vinte e quatro milhões, seiscentos e noventa e quatro mil cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos), para um período de 12 (doze) meses de vigência da(s) ata(s).

O critério de julgamento estabelecido é o de menor preço por lote e a licitação será processada no portal Licitações-e, mantido pelo Banco do Brasil.

O pregão está agendado para ocorrer na próxima segunda-feira, 04.04.2022, às 9h15.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A unidade instrutiva, após contextualizar o feito, manifestou-se por meio da Informação n.º 82/2022-DIFLI (e-DOC 46F18F4B-e), conforme a seguir reproduzido, no que pertine, com ajustes de forma:

“(...)

Das Informações Gerais

7. A presente licitação busca a contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos de Academia Universal ao Ar Livre,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002692/2022-
76-e

Pontos de Encontro Comunitário – PECs e Multi-exercitadores, a serem instalados em diversos locais do Distrito Federal, conforme especificações do documento denominado LISTAGEM E MANUAL RECEBIMENTO DE EQUIPAMENTOS (p. 6/16), nos seguintes quantitativos (p. 247/248*¹):*

DESCRIÇÃO	UN	QTD
MULTI EXERCITADOR ESTAÇÃO SAÚDE	UN	450
EQUIPAMENTO JOGO DE BARRAS - P.C.R.	UN	350
EQUIPAMENTO PARALELAS - P.C.R.	UN	350
EQUIPAMENTO GIRO DE PUNHO - P.C.R.	UN	350
EQUIPAMENTO BICICLETA DE MÃO - P.C.R.	UN	350
EQUIPAMENTO SIMULADOR DE CAVALGADA TRIPLO	UN	480
EQUIPAMENTO LEG PRESS TRIPLO	UN	480
EQUIPAMENTO ESQUI TRIPLO	UN	480
EQUIPAMENTO SIMULADOR DE REMO TRIPLO	UN	480
BARRA ALTA GIRATÓRIA COM TRÊS ALTURAS	UN	480
EQUIPAMENTO SIMULADOR DE CAMINHADA TRIPLO	UN	480
EQUIPAMENTO ROTAÇÃO DIAGONAL - RODA DE OMBRO DUPLA	UN	480
EQUIPAMENTO ROTAÇÃO VERTICAL - RODA TRIPLA	UN	480
EQUIPAMENTO TWIST LATERAL DUPLO	UN	480
PLACA METÁLICA ORIENTATIVA 200x10cm	UN	480
MULTI EXERCITADOR COM 6 (SEIS) FUNÇÕES	UN	130

8. O objeto será executado em 32 lotes, não sendo admitida a participação de empresas em consórcio (p. 241/242*).

9. No tocante à aplicação da cota reservada às entidades preferenciais (art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006 c/c art. 26 da Lei Distrital nº 4.611/2011, regulamentada pelo Decreto nº 35.592/2014), a NOVACAP estabeleceu os lotes 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30 e 32, para cota reservada a ME/EPP (p. 2/3 da peça 02).

10. A Jurisdicionada informa que esta contratação decorre do vencimento das Atas de Registro de Preços nºs 055/2017 e 056/2017, ocorrido em 24/04/2018, e da demanda ainda existente por tais equipamentos (p. 243*).

11. A autorização para abertura do processo licitatório foi feita pelo Diretor-Presidente da NOVACAP (p. 112/113*).

12. Não será admitida a subcontratação do objeto do certame, conforme disposições do item 11.1.1 do edital (p. 23 da peça 02).

13. A designação da comissão para condução dos procedimentos licitatórios – CPL ocorreu mediante a Instrução nº 458/2021 – NOVACAP/ PRES/ASESP (p. 117*), cuja composição demonstramos a seguir:

Pregoeiros	Matrícula nº
Erivaldo Souza Martins	74.908-7
Juscelino Ferreira da Silva	972.768-X
Roosevelth Alves da Silva	74.369-0
Sílvio Romero Cordeiro Gomes	58.958-6

Equipe de Apoio	Matrícula nº	Condição	Unidade Representante
João Carlos Schubert	73.701-1	Titular	Diretoria Administrativa
Dorcelino Vaz de Araújo	73.830-1	Suplente	
Marly Yoshida Cavalcante	73.835-2	Titular	Diretoria de Edificações
Luana Helena de Oliveira M. de Souza	973.102-4	Suplente	
Flávio Roberto Vieira de Melo	75.033-6	Titular	Diretoria de Urbanização/DPI
José Humberto Vieira da Silva	74.664-9	Suplente	
Thiago Santos Serafim	973.519-4	Titular	Divisão de Licitação e Contratos - DILIC/DECOMP
Flavia Christine Pires Sales	973.439-2	Suplente	

¹ * refere-se à peça 05, e-DOC 09B2F12A-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002692/2022-
76-e

Do Parecer Jurídico

14. No que diz respeito à aprovação do órgão jurídico competente (inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.462/11), salientamos a atuação do departamento jurídico consultivo, por meio do Parecer SEI-GDF nº 75/2022 – NOVACAP/PRES/ DJ/DECONS, 24/09/2021 (p. 195/204*), que concluiu pela regularidade jurídico legal da minuta do edital desde que observadas as ressalvas desse opinativo.

15. Na Nota Informativa nº 10/2022 – NOVACAP/PRES/DA/ DECOMP/DILIC, a Divisão de Licitação e Contratos da Novacap informou estar ciente das recomendações vinculantes do opinativo jurídico, dos elementos técnicos sob responsabilidade da Diretoria de Edificação, tendo, em suas competências, dado continuidade ao certame (p. 313/319*).

Das Condicionantes de Habilitação Técnico-Operacional

16. Com relação à qualificação técnico-operacional, disposta no item 7.3 do Edital, é estabelecido que as licitantes deverão encaminhar os seguintes documentos (p. 18 e 20 da peça 02):

“(…)

XXII. Catálogo das Especificações Técnicas do equipamento, de acordo com as especificações exigidas no Manual RECEBIMENTO DE EQUIPAMENTOS - R00 (65784827);

XXIII. Carta/declaração do fabricante/distribuidor/revenda autorizada, manifestando que a empresa é revenda autorizada e está cotando equipamentos novos, bem como, que o equipamento cotado atende a todas as especificações do Edital e seus anexos.

XXIV. Carta/declaração do fabricante/distribuidor/revenda autorizada, manifestando que possui assistência técnica, com condições de atender em Brasília/DF, indicando: Nome, Endereço, Telefone, E-mail e o nome da pessoa responsável.

(…)”

Dos Documentos de Responsabilidade Técnica

17. Consta nos autos administrativos o Engenheiro Civil Dieyson Gomes Moitinho, ART 0720210062004, como responsável técnico para a elaboração de orçamento para aquisição de equipamentos para Academia Universal ao Ar Livre, Ponto de Encontro Comunitário e Multi-exercitador (p. 68*).

Do Orçamento Estimativo

18. Para análise do custo estimativo, no comparativo de preço unitário dos 12 (doze) itens mais relevantes, totalizando 77,80% do valor total estimado para este certame, foi demonstrado indícios de superestimativa em 6 (seis) itens (peça 08, e-DOC 4433C0BD-e).

ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO UNITÁRIO EDITAL	PREÇOS PESQUISADOS					MÉDIA DOS PREÇOS PESQUISADOS	DIFERENÇA PERCENTUAL (%)	SITUAÇÃO
1	MULTI EXERCITADOR ESTAÇÃO SAÚDE	R\$ 20.000,000	R\$ 5.673,740	R\$ 26.894,980	R\$ 11.000,000	R\$ 11.000,418	R\$ 6.999,000	R\$ 12.313,628	62,42%	SOBREPREÇO
15	EQUIPAMENTO ESQUI TRÍPLIO	R\$ 3.600,000	R\$ 2.225,000	R\$ 2.544,500	R\$ 2.900,000	R\$ 2.000,000	R\$ 2.649,990	R\$ 2.463,898	46,11%	SOBREPREÇO
11	EQUIPAMENTO SIMULADOR DE CAVALGADA TRÍPLIO	R\$ 3.360,000	R\$ 1.999,000	R\$ 3.800,000	R\$ 2.600,000	R\$ 2.850,000	R\$ 3.085,000	R\$ 2.866,800	17,20%	OK
21	EQUIPAMENTO SIMULADOR DE CAMINHADA TRÍPLIO	R\$ 3.174,000	R\$ 2.250,000	R\$ 3.200,000	R\$ 1.948,000	R\$ 3.850,000	R\$ 2.450,000	R\$ 2.739,600	15,86%	OK
17	EQUIPAMENTO SIMULADOR DE REMO TRÍPLIO	R\$ 3.050,000	R\$ 1.999,000	R\$ 2.480,000	R\$ 2.400,000			R\$ 2.293,000	33,01%	SOBREPREÇO
3	EQUIPAMENTO JOGO DE BARRAS - P.C.R.	R\$ 3.640,000	R\$ 1.750,000					R\$ 1.750,000	108,00%	SOBREPREÇO
19	BARRA ALTA GIRATÓRIA COM TRÊS ALTURAS	R\$ 2.260,000	R\$ 2.129,000	R\$ 2.990,000				R\$ 2.559,500	-11,70%	OK
7	EQUIPAMENTO GIRO DE PUNHO - P.C.R.	R\$ 3.074,3400						#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
13	EQUIPAMENTO LEG PRESS TRÍPLIO	R\$ 2.200,000	R\$ 2.900,000	R\$ 3.851,000	R\$ 2.590,000	R\$ 3.525,000	R\$ 2.870,000	R\$ 3.147,200	-30,10%	OK
27	EQUIPAMENTO TWIST LATERAL DUPLO	R\$ 2.055,000	R\$ 1.424,000	R\$ 1.450,000	R\$ 1.781,000			R\$ 1.551,667	32,44%	SOBREPREÇO
5	EQUIPAMENTO PARALELAS - P.C.R.	R\$ 2.600,000	R\$ 5.400,000	R\$ 3.599,000	R\$ 1.900,000	R\$ 1.860,000	R\$ 1.682,000	R\$ 2.888,200	-9,98%	OK
29	PLACA METÁLICA ORIENTATIVA 200x10cm	R\$ 1.862,5000	R\$ 1.550,000	R\$ 1.400,000				R\$ 1.475,000	26,27%	SOBREPREÇO

19. Desse modo, entendemos necessário que o Tribunal determine à Jurisdicionada que refaça a pesquisa de preços, a fim de possibilitar que os preços estimativos estejam em compasso com os preços praticados pela Administração, todos na forma preconizada no Decreto nº 39.453/2018.

Conclusão



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002692/2022-
76-e

20. O Edital da Licitação para o Pregão Eletrônico (SRP) nº 39/2021 - NOVACAP apresenta discordâncias quanto à estimativa de preços que impedem a continuidade do certame.

21. Propomos, dessa feita, com base no art. 277, do RI/TCDF, c/c art. 87, § 3º, da Lei nº 13.303/2016, que seja determinado à NOVACAP a suspensão do presente certame, até ulterior manifestação do Tribunal, com vistas à correção das estimativas de preços, encaminhando cópia comprobatória das medidas adotadas ou, caso entenda por manter o texto original, apresente circunstanciadas justificativas acerca dos fatos suscitados.

Nesse sentido, entendemos que as providências para feito na presente fase não se esgotam com esta instrução e propomos o retorno dos autos para os devidos fins.” (grifos originais)

Diante disso, foram lançadas as seguintes sugestões ao eg. Plenário:

“I – tome conhecimento Edital do Pregão Eletrônico (SRP) nº 39/2021 (peça 02, e-DOC: CE0D088C-e), do e-mail (peça 04, e-DOC D5C4F539-e), contendo informação acerca da disponibilização de link de acesso ao Processo SEI nº 00112-00016655/2021-01 e de cópia juntada aos autos (peça 05, e-DOC 09B2F12A-e);

II – determine à NOVACAP que, com fulcro no art. 87, § 3º, da Lei nº 13.303/2016, c/c o art. 277 do RITCDF, suspenda o Pregão Eletrônico nº 39/2021, até ulterior manifestação do Tribunal, para que promovam as correções da pesquisa de preços de referência, encaminhando a documentação comprobatória da regularização, ou apresente as justificativas que entender pertinentes;

III – autorize:

- a) o envio à NOVACAP e ao Pregoeiro responsável pela condução do certame de cópia da Decisão que vier a ser adotada e do respectivo Relatório/Voto, bem como da presente instrução;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada – SESPE para os devidos fins.”

As análises e a proposição apresentadas pelo auditor de controle externo contaram com a anuência do diretor da Divisão de Fiscalização de Licitações – Difli/TCDF e do titular da Secretaria de Fiscalização Especializada – Sespe/TCDF (e-DOC 46F18F4B-e e C268EA06-e, respectivamente).

Em razão da natureza da matéria, e considerando o teor das sugestões ofertadas pelo corpo instrutivo, bem como que a abertura do pregão em epígrafe está agendada para o dia 04.04.2022, impossibilitando o exame prévio da *quaestio* pelo Colegiado, tenho por adequado dar jurisdição tempestiva ao feito por intermédio de despacho singular, nos termos dos arts. 40² da LO/TCDF e 277³ do RI/TCDF.

² “Art. 40. O Conselheiro Relator presidirá a instrução do processo, determinando, mediante despacho singular, por sua ação própria e direta, ou por provocação do órgão de instrução ou do Ministério Público, a adoção das providências consideradas necessárias ao saneamento dos autos, fixando prazo, na forma estabelecida no Regimento Interno, para o atendimento das diligências, após o que submeterá o feito ao Plenário ou à Câmara respectiva para decisão de mérito.”

³ “Art. 277. O Plenário, o relator, ou, o Presidente, na hipótese do art. 16, inciso XIV, deste Regimento, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências necessárias à preservação da legalidade e do patrimônio público, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 1/94”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002692/2022-
76-e

Observa-se que o exame empreendido pela área instrutiva, consignado na Informação n.º 82/2022-DIFLI, na lista de verificação de e-DOC 41BAA1E0-e e no papel de trabalho de e-DOC 4433C0BD-e, compreendeu, entre outros aspectos, a justificativa para a contratação, a caracterização do objeto, o cumprimento dos prazos legais, a existência de parecer jurídico, a modalidade licitatória selecionada, o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte, as exigências para qualificação técnica, os quantitativos apurados, e a compatibilidade dos preços estimados com os referenciais de mercado.

A unidade instrutiva asseverou, em suma, que, *“Para análise do custo estimativo, no comparativo de preço unitário dos 12 (doze) itens mais relevantes, totalizando 77,80% do valor total estimado para este certame, foi demonstrado indícios de superestimativa em 6 (seis) itens (peça 08, e-DOC 4433C0BD-e).”*

Diante disso, ao final, a Secretaria de Fiscalização Especializada/TCDF propôs à Corte: conhecer do instrumento convocatório e dos demais documentos juntados aos autos; determinar à Novacap que suspenda o pregão, até ulterior deliberação do TCDF, para que promova correções na pesquisa de preços, encaminhando ao Tribunal documentação comprobatória das ações corretivas adotadas, facultando-se a apresentação de justificativas circunstanciadas.

Após compulsar os autos, não identifiquei, dos elementos carreados ao processo, razões que me façam divergir da proposta de encaminhamento propugnada pela Sespe/TCDF.

Anoto, inicialmente, que, no âmbito do Processo n.º 2.822/2020-e, este Tribunal examinou a regularidade do Pregão Eletrônico n.º 01/2020-ASCAL/PRES, com objeto semelhante⁴ ao do certame em tela.

Naquela ocasião, após considerar, excepcionalmente, suficientes as medidas adotadas pela Novacap em cumprimento à Decisão n.º 4.362/2020, o Colegiado autorizou o prosseguimento da licitação, nos termos da Decisão n.º 5.332/2020.

Verifico, contudo, que o Pregão Eletrônico n.º 01/2020-ASCAL/PRES foi *“Revogado, por Conveniência Administrativa”*, conforme publicado no DODF do dia 26.11.2021.

Dito isso, voltando-se à análise do Pregão Eletrônico por SRP n.º 39/2022-DECOMP/DA, note-se que o exame efetuado pelo órgão instrutivo apontou sobrepreço em 6 (seis) itens, da ordem de 26% a 108% em relação aos referenciais adotados na instrução.

Nesse quadro, com espeque no art. 87, § 3º, da Lei Federal n.º 13.303/2016⁵, cumpre determinar a suspensão cautelar do certame *sub examine*, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a Novacap proceda as correções no

⁴ “Registro de preços para eventual contratação de empresas para o fornecimento de equipamentos de Academia Universal ao Ar Livre, Pontos de Encontro Comunitário - PECs, Mu9- exercitadores e Parquinhos infan9s, a serem instalados em diversos locais do Distrito Federal, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - (Anexo I do Edital).”

⁵ “§ 3º Os tribunais de contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, a qualquer tempo, documentos de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, obrigando-se, os jurisdicionados, à adoção das medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002692/2022-
76-e

orçamento referencial ou apresente justificativas à Corte caso deseje manter os atuais termos do instrumento convocatório.

Ante o exposto, com amparo art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, em harmonia com a unidade instrutiva, com os ajustes redacionais que faço, **DECIDO** por:

- I. tomar conhecimento:
 - a) do edital do Pregão Eletrônico por SRP n.º 39/2022-DECOMP/DA, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap (e-DOC CE0D088C-e);
 - b) da Informação n.º 82/2022-DIFLI (e-DOC 46F18F4B-e);
 - c) da lista de verificação de e-DOC 41BAA1E0-e;
 - d) do papel de trabalho de e-DOC 4433C0BD-e;
 - e) dos demais documentos juntados aos autos;
- II. com fulcro no art. 277 do RI/TCDF e no art. 87, § 3º, da Lei Federal n.º 13.303/2016, determinar à Novacap que suspenda cautelarmente o Pregão Eletrônico por SRP n.º 39/2022-DECOMP/DA, até ulterior deliberação deste Tribunal, devendo a jurisdicionada, no prazo de 15 (quinze) dias, promover a adequação do orçamento estimativo, considerando o que consta do § 18 da Informação n.º 82/2022-DIFLI, encaminhando à Corte documentação comprobatória das medidas adotadas;
- III. facultar à Novacap a apresentação de justificativas, no prazo de 15 (quinze) dias, caso deseje manter os atuais termos do instrumento convocatório, sem prejuízo da suspensão do pregão;
- IV. autorizar:
 - a) o envio de cópia dos documententos indicados nos itens I.b e I.d retro e desta deliberação monocrática à Novacap e ao pregoeiro responsável pelo pregão em epígrafe;
 - b) o retorno dos autos à Sespe/TCDF para adoção das providências devidas.

Brasília, 31 de março de 2022

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator